

Capitais Nordestinas do Brasil: Análise de indicadores de pobreza a partir de dados censitários de 2010

Capital cities in the Northeast of Brazil: analysis of poverty indicators from census data 2010

Capitales del Nordeste en Brasil: Análisis de indicadores de pobreza a partir de datos del censo de 2010

Júlia Kátia Borgneth Petrus

Universidade Federal do Maranhão – São Luís – Maranhão
E-mail: juliaborgnethpetrus@gmail.com

Magno Vasconcelos Pereira Junior

Universidade Estadual do Maranhão - São Luís – Maranhão
E-mail: magnojr5@hotmail.com

Resumo

Este artigo trata de conhecer as capitais nordestinas do Brasil mediante variáveis que indicam vulnerabilidades, obtidas de dados censitários de 2010, confrontando a dimensão demográfica com o Censo de 2000. O objetivo é estudar variáveis e indicadores que apontam pobreza nas capitais da Região Nordeste. Ademais, foi estudado, primeiramente a cidade como um todo, para, então, contextualizar capitais/cidades. Identificou-se as capitais mais fragilizadas por meio de nove variáveis, porém para encontrar o Índice de Desigualdade Socioespacial – IDSE, destacou-se sete variáveis que indicam pobreza em quatro dimensões: Dimensão Demográfica; Dimensão de Infraestrutura; Dimensão Educacional e Dimensão Econômica. A capital de São Luís é a que detém indicadores e variáveis mais alarmantes, com o Índice de Desigualdade Socioespacial – IDSE de 0,83, ou seja, quanto mais perto de 1, maior a desigualdade socioespacial. As capitais Salvador e Aracaju são as que apontam para melhores indicadores, com IDSE de 0,42 e 0,39, respectivamente, índices mais próximos de 0, que é ausência de desigualdade social.

Palavras-chave: capital. Nordeste. desigualdade socioespacial. indicadores.

Abstract

This article seeks to understand Brazil's northeastern capital cities using variables obtained from the 2010 census data that indicate vulnerabilities, comparing the demographic dimension to the 2000 Census. The objective is to study variables and indicators that point to poverty. Firstly, the city was observed as a whole, and then contextualize the capitals/cities. It was possible to identify the most fragile capitals

by means of nine variables. However, to find the Index of Socio-Spatial Inequality (IDSE), seven variables that indicate poverty in four dimensions were highlighted: Demographic Dimension; Infrastructure Dimension; Educational Dimension and Economic Dimension. The capital of São Luís has the most alarming indicators and variables, with an Index of Socio-Spatial Inequality - IDSE of 0.83, that is, the closer to 1, the greater the Socio-Spatial inequality. The capitals Salvador and Aracaju are the ones that show better indicators, with an IDSE of 0.42 and 0.39, respectively, indexes closer to 0, which is the absence of social inequality.

Keywords: capital city. Northeast, social-spatial inequalities. indicators

Resumen

Este artículo investiga las capitales del nordeste de Brasil mediante variables que indican vulnerabilidades, obtenidas de datos censales de 2010, confrontando la dimensión demográfica con el Censo de 2000. El objetivo es estudiar variables e indicadores que apuntan pobreza en las capitales de la Región Nordeste. Además, se observó primero la ciudad en su conjunto, para luego contextualizar capitales/ciudades. Fue posible identificar las capitales más frágiles por medio de nueve variables, pero para encontrar el Índice de Desigualdad Socioespacial - IDSE, el estudio destacó siete variables que indican pobreza en cuatro dimensiones: Dimensión Demográfica; Dimensión de Infraestructura; Dimensión Educativa y Dimensión Económica. La capital de São Luís tiene los indicadores y variables más alarmantes, con el Índice de Desigualdad Socioespacial - IDSE de 0,83, es decir, cuanto más cerca de 1, mayor es la Desigualdad Socioespacial. Las capitales Salvador y Aracaju son las que apuntan los mejores indicadores, con IDSE de 0,42 y 0,39, respectivamente, índices más cercanos a 0, que es la ausencia de desigualdad social.

Palabras clave: capital. Nordeste, desigualdad socioespacial. indicadores.

Introdução

Vivimos en la edad de las ciudades. La ciudad lo es todo para nosotros, nos consume y por esa razón la glorificamos.

(ONOOKOME OKOME *apud* DAVIS, 2007, p. 11)

O conceito de cidade é de simples compreensão quando se avalia cidade como um determinado espaço geográfico, mas não é só isso; cidade, segundo o dicionário Priberam, é: 1) Povoação que corresponde a uma categoria administrativa (no Brasil, toda sede de município, qualquer que seja a sua importância, independentemente do número de habitantes, é chamada de cidade; em Portugal, cidade é superior a vila), geralmente caracterizada por um número elevado de habitantes, por elevada densidade populacional e por determinadas infraestruturas, cuja maioria da população trabalha na indústria ou nos serviços; 2) Conjunto dos habitantes dessa povoação; 3) Vida urbana, por oposição à vida no campo, cidade se refere à população não agrícola.

No Brasil, cidade é toda sede de município, qualquer que seja a sua importância, independentemente do número de habitantes, porém, em outros países, cidade é caracterizada por um número elevado de habitantes, pela alta densidade populacional e por determinadas infraestruturas, cuja maioria da população trabalha na

indústria ou nos serviços; e, ainda nesse mesmo, contexto, cidade como vida urbana, por oposição à vida no campo. Sendo assim, quando estudamos a natureza de cidade no Brasil, percebemos que é dicotômico, ou seja, no Brasil existem muitas cidades sedes que são pequenas tanto em seu número de habitantes como em extensão e a maioria dessas cidades não tem equipamentos que evidenciem a vida urbana.

A Revista Brasileira de Geografia de número 3 de julho-setembro de 1946, da biblioteca do IBGE, define cidade de forma administrativa, segundo a resolução nº 99, de 25 de julho 1941 da Assembleia Geral do Conselho nacional de Geografia: "Cidade - sede municipal, ou seja, localidade com o mesmo nome do município a que pertence e onde está sediada a respectiva Prefeitura ..." (*apud* SILVA, 1946, p. 5). Esse conceito foi tirado do Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938, que dispõe sobre a divisão territorial do país, e dá outras providências: em "Art. 3º A sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome" (DECRETO-LEI Nº 311, DE 2 DE MARÇO DE 1938). Além do mais, a contagem populacional urbana do Censo e estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE é a soma de todas as sedes de municípios e nem todas as sedes tem a maioria de serviços que caracteriza a urbe.

Uma vez compreendido o conceito de cidades brasileiras, este artigo perpassa pela contextualização, a partir de pensadores renomados da academia, para aproximar o leitor da temática que trata das cidades e as questões urbanas, mais precisamente a problemática da pobreza das Cidades-Capitais. Os dados das nove capitais nordestinas foram selecionados a partir do Censo do IBGE 2010, por meio de variáveis que indicam pobreza, e agrupadas em quatro dimensões: demográfica, infraestrutura, educacional e econômica, com algumas comparações com o Censo de 2000 para entender a evolução temporal. Assim sendo, os autores aplicaram a metodologia do Índice de Desigualdade Socioespacial – IDSE, que já vem sendo utilizado pelos autores.

Cidade e urbano: o olhar das ciências humanas

De acordo com Milton Santos, a cidade se diferencia do campo por seu elevado fluxo de mercadorias, do capital e de pessoas, mas que, por sua vez, são substanciais à reprodução da zona rural. Entretanto, a distinção que mais sobressai é a densidade dos relacionamentos preservados no espaço por meio dos grandes fluxos de pessoas, que contribui para produzir uma cultura urbana, dito isso, o autor reforça a ideia que o campo e a cidade se complementem (SANTOS, 1985).

De todos os modos, há cidades em que até mesmo os serviços essenciais como bancos, hospitais, educação de nível médio e/ou superior, entre outros, não usufruem desse direito e a população tem que buscar em cidades vizinhas, bem como onde **não há** infraestrutura, como saneamento básico (tratamento da água, canalização e tratamento de esgoto) e coleta de lixo (manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana).

Esses serviços básicos são primordiais na urbanização de uma cidade e, pela definição de que toda sede de município brasileiro é cidade, entende-se que nem todas as

idades são urbanas. Todavia, algumas destas ditas 'idades brasileiras' são agrícolas, ou pelo menos mistas, em sua concepção de cidade. Nesse âmbito, algumas cidades diferem completamente do urbano. Esta pequena reflexão é para se perceber o quanto é difícil uma definição exata do que é cidade, do que é rural, do que é urbanização.

Entretantes, é possível ver a cidade, não importando a sua dimensão e nem suas particularidades, como uma relação do homem com o local, com o meio, mas também relacionado com a aglomeração. E nesse pensamento, a cidade se entrelaça com o urbano até que se integra uma na outra; assim, é notado em leituras sobre cidade de renomados pesquisadores, que utilizam as duas denominações (cidade e urbano) com significado similar.

No artigo do professor Horacio (1975) denominado de 'La definición de lo urbano', em sua primeira frase declara que “Uno de los problemas más interesantes de la Geografía urbana es, sin duda, el de la misma definición de lo "urbano", el de la definición de la ciudad.” Ou seja, urbano está relacionado com cidade; como vários dicionários definem: tem “caráter de cidade”, “relativo à cidade”, do mesmo modo que o urbano pertence à cidade; sendo assim, o urbano está intimamente relacionado com a vida citadina. Conclui-se que, quando se pensa em cidade, pensa-se que são urbanas. A partir de então, os termos cidades e urbanos serão tratados como análogos, até porque esse artigo trata de cidades/capitais. E não há nada mais completo que capitais e sua urbanização.

Assim sendo, é no espaço urbano que se encontram as edificações soberbas, os bairros bem estruturados, ruas, estradas, favelas, distritos industriais, lado a lado, com distâncias pequenas ou mesmo longe: uma favela em um extremo e um bairro luxuoso em outro extremo. Contudo, no geral, os espaços são divididos entre todos, mesmo de forma segregada e desigual.

A cidade também é lugar de consumo, de poder, de velocidade, de movimento, de empregados, de desempregados, de rico e de pobre, de analfabeto e de doutor, de doença e de saúde, de tristeza e de esperança. Privilégio de uns e sofrimento de outros, a cidade é um universo onde se encontram o “mundo” e a realidade local.

A cidade vai se formando com a chegada das pessoas em determinado lugar e, naturalmente, com suas construções, como casas, edifícios, ruas etc. Os espaços e a vida urbana vão-se organizando, com seus significados, odores, sons, movimentos, e vai se amoldando a paisagem de uma cidade. Mas o que se poderia chamar de um lugar ideal, uma cidade ideal? Alguns teóricos e mesmo práticos se arriscam pelo menos a um conceito de cidade ideal, como Bo Gronlund: (*apud* FREITAG, 2006, p. 114):

A cidade não é simplesmente um lugar para viver, para passear e levar as crianças para brincar. É um lugar que implica questionar como nos conduzimos moralmente, como desenvolvemos o nosso senso de justiça, como nos comunicamos com as pessoas que diferem de nós e até que ponto estamos dispostos delas aprender.

Em suma: a cidade é o lugar que nos ensina como um ser humano vem a ser humano.

Lefebvre faz reflexões críticas sobre a ocupação das cidades, a organização e mobilidade do cidadão, que está longe de ser “[...] um lugar que nos ensina como um ser humano vem a ser humano”, porque, de acordo com ele, a forma de organização dos espaços públicos é autoritária e repressiva. Ainda ressalta que o Estado tem a incapacidade de lidar com a ordem nos grandes centros urbanos.

[...] a cidade somente será repensada e reconstruída sobre suas ruínas atuais depois de termos compreendido adequadamente que a cidade é o desdobramento do tempo, daqueles que são seus moradores. E é por causa deles que temos de organizá-la finalmente de uma forma humana (LEFEBVRE, 1974, p.17 *apud* FREITAG, 2006, p. 71).

Pelo exposto, entende-se a cidade como lugar onde se passam diferentes percepções, diferentes interesses, tanto privado quanto público. Dessa forma também começam os problemas de desigualdade socioespacial.

Cidades/Capitais e a Pobreza

Dejó que su mente navegara con la mirada perdida en la ciudad, mitad degradación, mitad paraíso. ¿Cómo podía un lugar tan violento y horrible, ser al mismo tiempo tan maravilloso?

(CHRIS ABANI *apud* DAVIS, 2007, p. 33)

Henri Lefebvre, em sua obra–manifesto publicada em 1968, *Le droit à la ville*, é o pioneiro em conceber o direito à cidade, manifestando seu repúdio à postura determinista e metafísica do urbanismo modernista. (Medeiros Filho; Elias, 2010).

Os autores enfatizam que “[...] tem ciência de que os problemas da sociedade não podem ser todos reduzidos a questões espaciais, muito menos à prancheta de um arquiteto”. Também fazem duras críticas ao caráter alienante quando se tomam os problemas urbanos como uma questão meramente administrativa, técnica e científica. Afirma que esse é um meio em que o Estado poderá ordenar e controlar a população, com políticas de dominação, em que o cidadão é mais um objeto que um sujeito nos espaços sociais.

O geógrafo David Harvey¹, em uma palestra ministrada no seminário em Belém/PA, usa a expressão “Direito à cidade”. Esclarece Harvey (2009):

Eu tenho trabalhado já há algum tempo com a idéia de um direito à cidade. Eu entendo que o direito à cidade significa o direito de todos

¹ Palestra proferida pelo geógrafo David Harvey em Belém do Pará no dia 29 de janeiro de 2009. no seminário “Lutas pela reforma urbana: o direito à cidade como alternativa ao neoliberalismo”

nós a criarmos cidades que satisfaçam as necessidades humanas, as nossas necessidades. O direito à cidade não é o direito de ter - e eu vou usar uma expressão do inglês - as migalhas que caem da mesa dos ricos. Todos devemos ter os mesmos direitos de construir os diferentes tipos de cidades que nós queremos que existam. [...] O direito à cidade não é simplesmente o direito ao que já existe na cidade, mas o direito de transformar a cidade em algo radicalmente diferente. Quando eu olho para a história, vejo que as cidades foram regidas pelo capital, mais que pelas pessoas. Assim, nessa luta pelo direito à cidade haverá também uma luta contra o capital.

Harvey encerrou sua fala no seminário “Lutas pela reforma urbana” em Belém/PA – Brasil em 2009, pedindo que se unam na missão de garantir o direito à cidade a todos. Eis que o disse:

Nós temos que, de fato, começar a exercer nosso direito à cidade. E em algum momento nós teremos que reverter o modo como as instituições financeiras são priorizadas em detrimento do povo. Nós temos que nos questionar o que é mais importante, o valor dos bancos ou o valor da humanidade. O sistema bancário deveria servir às pessoas, e não viver à custa das pessoas. [...] Nós temos que socializar o excedente do capital. Nós temos que usá-lo para atender necessidades sociais. Nós temos que nos livrar do problema da acumulação constante dos 3%. [...] Chegamos a um ponto em que não podemos mais aceitar o que disse Margaret Thatcher, que “não há alternativa”, e que devemos dizer que deve haver uma alternativa. Deve haver uma alternativa para o capitalismo em geral. E nós podemos começar a nos aproximarmos dessa alternativa percebendo o direito à cidade como uma exigência popular internacional, e eu espero que possamos todos nos unir nessa missão.

Assim, se busca entender as metamorfoses das cidades depois de um capitalismo selvagem e da globalização, os quais segregam a população urbana, enfatizando as desigualdades socioespaciais.

O estudo que se propõe se refere a um tipo específico de cidade, a cidade-capital do estado, onde reside o governo central do estado e seus secretários. Em sentido mais abrangente, uma capital é uma cidade com características próprias de vida administrativa, econômica, social, cultural etc.

As capitais dos estados brasileiros de hoje são a urbe herdada de séculos passados; é a cidade oriunda da Idade Média, principalmente a cidade herdada da industrialização; é uma cidade que se vai convertendo de rural para urbana, em que a planificação não acompanha as transformações *laissez-fair*² e muitos caos vão se instalando.

² Expressão da fisiocracia francesa que significa, “deixar fazer, deixar acontecer.

A população brasileira, a passos largos, está-se modificando, se urbanizando. A dinâmica de descolamento começa no meio do século XX, passando da predominância rural para a predominância urbana; em 2015, 84,72% da população é urbana e apenas 15,28% vivem em zonas rurais no Brasil, segundo pesquisa realizada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015.

Os estudos da produção dos espaços nas cidades no Brasil acompanham as transformações do modelo econômico no país, período que refletia a integração da nova economia capitalista mundial, um processo de industrialização nas cidades e a saída da população do campo para os centros urbanos através de propagandas que vendiam esperança de vida melhor nas grandes cidades. Assim, a falta de quase tudo no campo expulsa seus filhos para cidades urbanizadas, para capitais, em busca dos seus sonhos, cheios de esperanças.

Analisar as capitais dos estados é complexo porque os autores não encontram um estudo somente dos problemas das capitais. Quiçá, porque os problemas das cidades/capitais são iguais aos problemas das cidades como um todo.

Essa investigação tem como objetivo mor estudar os problemas das capitais nordestinas do Brasil por meio das dimensões demográfica, de infraestrutura, educacional e econômica baseadas no censo 2010 e descobrir o Índice de Desigualdade Socioespacial (IDSE), além de confrontar alguns dados e analisar as diferenças a partir das variáveis já escolhidas que identifiquem as disparidades sociais de uma capital para outra.

De todas as formas, as capitais são as que detêm uma estrutura, pelo menos política, mais organizada. É nas capitais de países que se encontram o governo presidencial, ou parlamentarista, seus ministérios, como das relações exteriores, educação e, ainda, as embaixadas de outros países. As capitais de estados alojam a sede do Governo e suas secretarias. E é nas capitais brasileiras que vive quase um quarto de sua população, 23,86%.

As capitais que detêm o maior percentual de habitantes com relação à população total de seu respectivo estado são as que se encontram no Norte: Bela Vista (63,01%), Macapá (59,48%), Manaus (51,72%) e Rio Branco (45,81%), bem como Distrito Federal, em que não há municípios, portanto a sua população vive na capital (IBGE, CIDADES, 2010).

Das capitais do Nordeste, Maceió e Fortaleza são as que têm maiores percentuais de habitantes com relação à população de seus respectivos estados, com 29,89% e 29,7%, nessa ordem (Tabela1).

Tabela 1: População e percentual das capitais nordestina brasileira – 2010

Capitais	Pop. do estado	Pop. da capital	% sobre Pop. Capital
São Luís – MA	6.574.789	1.014.837	15,44
Teresina – PI	3.118.360	814.230	26,11
Fortaleza – CE	8.185.286	2.431.415	29,70
Natal – RN	3.168.027	803.739	25,37
Joao Pessoa – PB	3.766.528	723.515	19,21
Recife – PE	8.796.448	1.537.704	17,48
Maceió – AL	3.120.494	932.748	29,89
Aracaju – SE	2.068.017	571.149	27,62
Salvador – BA	14.016.906	2.675.656	19,09

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Elaboração: Autores.

Tirando a média dos percentuais, se encontram 23,32% de pessoas das nove capitais do Nordeste, um percentual aproximado da média percentual brasileira, 23,86%.

Metodologia

A metodologia desse trabalho perpassa por um recorrido reflexivo sobre a pobreza urbana, com ênfase nas capitais, originando um aporte teórico. O percurso bibliográfico do trabalho é fundamental para entender as capitais em sua urbe e a relação desta com o território empobrecido.

A investigação foi elaborada por meios matemáticos/estatísticos, intervindo nos espaços das capitais brasileiras, no intuito de conhecer o índice de desigualdade socioespacial, que revela o maior ou menor grau de pobreza das referidas capitais.

A fonte de dados utilizada nesse estudo foi pesquisada no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em dois momentos: os dados do Censo 2000, sendo utilizado em algumas variáveis, que foi importante para fazer análise comparativa, e do Censo de 2010, que é o determinante da investigação. Destaca-se que a pesquisa gerou um banco de dados com de aproximadamente 100 tabelas, catalogadas no programa Excel, as quais foram transformadas em percentuais e indicadores e, em alguns pontos de análise dos resultados, foram demonstradas pelos valores absolutos.

O referido banco de dados é um legado que deverá ser alimentado com novas variáveis, como a temporalidade dos dados, e ainda com as capitais das outras regiões, e cidades, com o intuito de analisá-las por si só e comparativamente, para, a partir de então, dar legitimidade e legalidade aos índices encontrados. Os dados são fatos em si que trazem grandes significados quando tratados, processados, para, assim, ser interpretado o resultado revelado. Para tanto, os resultados são visualizados por meio de tabelas e figuras, gerados pelo programa de Excel.

Depois da análise isolada das capitais nordestinas pelas quatro dimensões (Demográfica, Infraestrutura, Educacional e Econômica), se concluirá este artigo com a construção do Índice de Desigualdade Socioespacial (IDSE) de cada capital, levando em consideração 7 (sete) variáveis estudadas: Índice de Dependência, porcentagem de domicílios sem água da rede geral, porcentagem de domicílios sem escoamento sanitário, porcentagem de domicílios sem banheiro, porcentagem de domicílios sem coleta de lixo pelo sistema público, porcentagem de pessoas com 10 anos ou mais não alfabetizadas e porcentagem de pessoas com 10 anos ou mais que ganham até um salário mínimo. As variáveis que formam o IDSE das capitais estudadas foram elaboradas a partir do Censo Demográfico de 2010, levando-se em conta os pilares da desigualdade socioespacial.

O modelo utilizado neste estudo é baseado em Khan e Silva (2002)³, sendo observada a realidade da pesquisa por meio de um estudo minucioso das variáveis que compõem o índice de desigualdade socioespacial. Para essa investigação, foram consideradas sete variáveis.

A contribuição de cada variável é obtida mediante a fórmula:

$$IDSE = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n \left[\frac{1}{m} \sum_{i=1}^m \left(\frac{E_{ij}}{E_{\max i}} \right) \right]$$

Onde:

IDSE = Índice de Desigualdade Socioespacial;

E_{ij} = escore da i -ésima variável, obtida pelo i -ésimo bairro;

$i = 1, 2, 3, \dots, m$;

$j = 1, 2, 3, \dots, n$;

$E_{\max i}$ = escore máximo da i -ésima variável;

C_v = contribuição do indicador v ;

n = número de bairros;

³ Um dos autores vem utilizando esta fórmula matemática para encontrar índices, como o Índice de Capital Social – ICS, em sua dissertação de mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará em 2005. Também utilizado na elaboração de sua tese - IDSE dos grandes bairros de São Luís/ Maranhão.

m = número de variáveis;

Para calcular o IDSE, primeiro se normalizou as variáveis, para depois tirar a média simples das sete variáveis, ou seja, somaram-se todas as variáveis e o resultado foi dividido por sete.

Observa-se a classificação utilizada para medir o IDSE, utilizando as referidas variáveis. O índice varia de zero (nenhuma desigualdade socioespacial) a um (desigualdade socioespacial intensa).

Baixo: $0 \leq \text{IDSE} < 0,5$

Médio: $0,5 \leq \text{IDSE} < 0,8$

Alto: $0,8 \leq \text{IDSE} \leq 1,0$

Assim, explicou-se a metodologia dessa investigação de interpretar a realidade a partir do estudo de variáveis selecionadas pelos autores, embasando a desigualdade socioespacial.

Análise de Indicadores de Pobreza das Capitais Nordestinas

A investigação foi orientada para as 9 capitais do Nordeste, que estão representadas por meio de tabelas e figuras em todas as variáveis, dando visibilidade aos resultados. Outro fator importante na investigação são os comparativos entre os censos 2000 e 2010, que permeia uma parte das variáveis, como a dimensão demográfica.

Essa investigação servirá de base comparativa para qualquer outro período de tempo e espaço, assim como para acrescentar, mudar ou substituir algumas das variáveis para atingir outros objetivos, bem como objetivos similares, e principalmente para dar continuidade a esse trabalho, estendendo-o a todas as outras capitais do Brasil, bem como cidades que pesquisadores entendam como relevantes para seu trabalho.

Dimensão Demográfica - Apesar de o Brasil ser o quinto país mais populoso do mundo, em números absolutos, a densidade demográfica é uma das mais baixas do mundo, com 23 habitantes por km². O Brasil é um país populoso, mas pouco povoado, isto é, grande parte de seu território possui uma pequena população, produzindo vários espaços vazios, sendo mais perceptível na Região Norte e Centro Oeste. Todavia, as áreas metropolitanas, principalmente do Sudeste e Nordeste concentram numerosa população.

O Nordeste tem uma densidade demográfica ainda menor que a do Brasil (19,78). Não obstante, as áreas metropolitanas estão inchadas; é só observar o contraste da Região Nordeste, com densidade demográfica de 19,78 hab/km², e a das capitais de seus estados: tirando a média, encontra-se 3.745,27 habitantes por quilômetro quadrado,

porque a capital do Piauí, Teresina, tem uma densidade inferior a 1.000 hab/km², ou seja, 584,94 (ver Tabela 2).

Sendo assim, analisou-se que as capitais com maiores densidades por região são: no Norte, Belém com 1.315,26 hab/km², no Nordeste, Fortaleza, com 7.786,44 hab/km², seguida de Recife (7.039,64 hab/km²). No Sudeste, São Paulo e Belo Horizonte detêm as maiores densidades populacionais, com 7.398,26 e 7.167,00, respectivamente, e na região Sul, Curitiba, com 7.398,26. Abaixo, a tabela de população e densidade demográfica do Nordeste.

Tabela 2: População x Densidade Demográfica da região Nordeste.

Capital	População	Área	Densidade Populacional
São Luís – MA	1.014.837	834,785	1.215,69
Teresina – PI	814.230	1.391,981	584,94
Fortaleza – CE	2.431.415	314,930	7.786,44
Natal – RN	803.739	167,263	4.805,24
João Pessoa – PB	723.515	211,475	3.421,28
Recife – PE	1.537.704	218,435	7.039,64
Maceió – AL	932.748	181,857	3.140,65
Aracaju – SE	571.149	503,072	1.854,10
Salvador - BA	2.675.656	93,276	3.859,44

Fonte: IBGE, Censo 2000 e 2010.

Elaboração: Autores.

Este estudo alude às capitais nordestinas, portanto, na dimensão demográfica; as variáveis trabalhadas são porcentagem de jovens, porcentagem do envelhecimento e o índice de dependência. Esses indicadores, além de estarem dentro da demografia, ensejam uma reflexão da pobreza do ponto de vista demográfico.

Nessa pesquisa ponderou como população jovem as pessoas que têm idade de 0 a 14 anos. Um dos fatores que foi levado em conta foi a necessidade de saber a fatia do referido universo que não se encontra ainda economicamente ativa, bem como permitir descobrir o índice de dependência e o índice de envelhecimento. Elaborou-se a Tabela 3 com uma análise comparativa dos dados dos dois censos 2000 e 2010 (IBGE, SIDRA, Censo Demográfico).

Percebe-se que, mesmo a população tendo aumentado, tanto no Brasil quanto em todas as capitais do Nordeste, diminuíram os percentuais de pessoas com idade 0-14 anos. Todas capitais do Nordeste também reduziram seu percentual em mais de 5% em 10 anos. A capital do Piauí, Teresina, foi a em que mais diminui nessa variável: 6,9%. A capital que obteve a menor diferença foi Maceió.

Tabela 3: Percentual de jovens com idade entre 0-14 anos.

	2000			2010		
	0-14 anos	População	%	0-14 anos	População	%
Brasil	50.316.181	169.799.170	29,6	45.941.635	190.755.799	24,1
Nordeste	15.771.255	47.741.711	33,0	14.110.087	53.081.950	26,6
São Luís	264572	870.028	30,4	240378	1.014.837	23,7
Teresina	216775	715.360	30,3	190487	814.230	23,4
Fortaleza	629.695	2.141.402	29,4	554381	2.452.185	22,6
Natal	201.327	712.317	28,3	174495	803.739	21,7
Joao Pessoa	165.432	597.934	27,7	160517	723.515	22,2
Recife	372.240	1.422.905	26,2	321605	1.537.704	20,9
Maceió	240.409	797.759	30,1	233452	932.748	25,0
Aracaju	127.867	461.534	27,7	127.850	571.149	22,4
Salvador	638.476	2.443.107	26,1	553.305	2.675.656	20,7

Fonte: IBGE, Censo 2000 e 2010.

Elaboração: Autores.

Outra análise pertinente é a de que tanto o Brasil, como um todo, e o Nordeste e suas capitais estavam com um quarto ou mais de sua população de jovens em 2000; no entanto, em 2010, entre as nove capitais estudadas, somente Maceió tem justo um quarto de sua população composta de jovens; o Nordeste, 26,6%. As demais capitais têm menos que um quarto de sua população entre 0 a 14 anos, o que nos remete à análise de que a taxa de fecundidade diminuiu, o que é verdade, passando de 2,4 filhos por mulher em idade em condição reprodutiva em 2000 para 1,72 em 2015 (IBGE, Projeção da População do Brasil – 2013).

Outro fenômeno verificado é o aumento contínuo da representatividade de idosos. De acordo com a ONU, em relatório técnico elaborado pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais chamado de “Previsões sobre a população mundial”, o número de pessoas com mais de 60 anos, nos próximos 36 anos, triplicará (FELIX, 2007).

Os idosos passarão a representar um quarto da população mundial; portanto, mais de 2 bilhões de idosos numa população de 9,2 bilhões (média projetada, considerando as mais altas e as mais baixas taxas de natalidade). O referido relatório foi publicado no ano de 2006, e nesse período a projeção foi feita para 42 anos, ou seja, no ano de 2046 a população idosa será aproximadamente um quarto do planeta.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), nos países desenvolvidos, considera-se idoso a partir dos 65 anos de idade, e 60 anos para os países

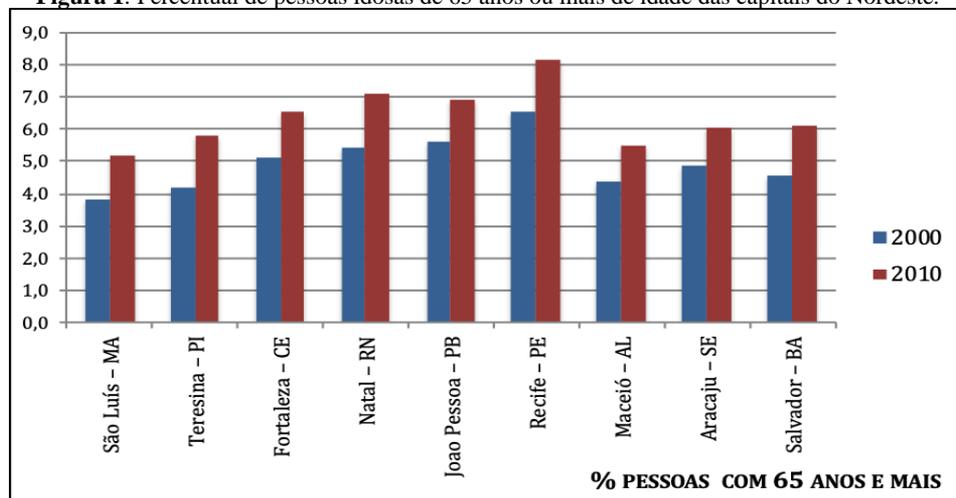
subdesenvolvidos. A idade adotada para representar o idoso nessa pesquisa é de 65 anos ou mais.

No Brasil, a população idosa, pelo censo de 1991, era de 4,8%. Essa faixa etária (65 anos ou mais) está crescendo e esse aumento expressivo se deve à redução da taxa de fecundidade e de mortalidade e ao aumento da expectativa de vida, bem como melhoria de qualidade de vida: em 2010 são 7,4% de pessoas na chamada terceira idade no Brasil: 14.072.136 de idosos (Tabela 4).

Apesar de o Brasil ser um nação com tendências ao envelhecimento, de todas as maneiras, está longe de alguns países europeus como Portugal e Espanha, os quais detêm um percentual de 20,7% (Portugal, Pirâmide populacional) e 18,4% (Un perfil de las personas mayores en España, 2017 - Indicadores estadísticos básicos), (Dados de 2015). Ou seja, apesar do aumento da população idosa em nosso país, o percentual de envelhecimento ainda é muito baixo se comparado com os países da Europa. O fato é que as projeções feitas pelo IBGE demonstram que, em 2050, o Brasil alcançará 238 milhões de habitantes, dos quais 52 milhões, cerca de 20%, terão atingido mais de 60 anos de idade.

Então, estudando o porcentual de pessoas idosas das capitais nordestinas (Censo 2000 e 2010), encontrou-se a seguinte situação: - um aumento na população com idade igual ou superior a 65 anos em 10 anos; - Natal e Recife são as capitais que obtiveram a maior diferença percentual, 1,7%; entre as nove capitais, Recife é que detém um percentual maior nos dois censos 2000 e 2010, 6,5% e 8,2% respectivamente, ou seja, em 2010, Recife tinha 125.470 mil idosos.

Figura 1: Percentual de pessoas idosas de 65 anos ou mais de idade das capitais do Nordeste.



Fonte: IBGE, Censo 2000 e 2010.

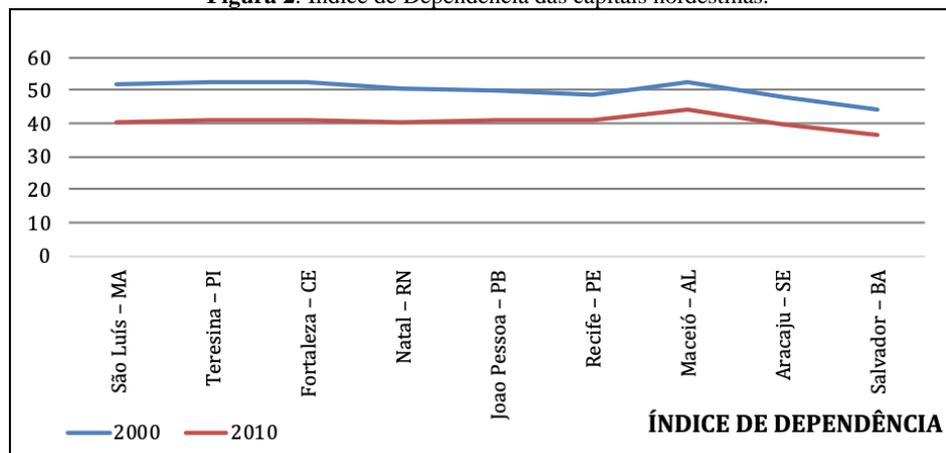
Elaboração: Autores.

Em números absolutos, somente Salvador e Fortaleza estão a sua frente, contudo, são capitais com mais de dois milhões de habitantes. Salvador tem cerca de um milhão de habitantes a mais que Recife. A figura 1 retrata os percentuais de idosos de 65 anos ou mais de idade.

O índice de envelhecimento do Brasil é de 31 idosos para cada grupo de 100 jovens de 0 a 14 anos, do Nordeste é 27. A capital que tem mais idosos para cada 100 jovens é Recife, 39 pessoas de 65 anos e mais. Duas capitais no Nordeste têm menos idosos para seus jovens, São Luís e Maceió, com índice de envelhecimento 22.

Quanto ao Índice de Dependência, termo que expressa subordinação ou a ideia de sujeição a outros, entende-se que as pessoas com idade 0 a 14 anos e as pessoas com idade de 65 anos em diante não produzem, portanto são dependentes. Sendo assim, constata-se que a população ativa é aquela com idades compreendidas entre 15 e 64 anos⁴. Essa parcela do contingente populacional representa todas as pessoas que trabalham ou que estão procurando emprego. São essas pessoas que têm idade e disposição para produzir para o país e que integram o sistema produtivo.

Figura 2: Índice de Dependência das capitais nordestinas.



Fonte: IBGE, Censo 2000 e 2010.
 Elaboração: Autores.

O índice de dependência⁵ do Brasil, pelo censo de 2010, é 46, ou seja, 46 pessoas dependentes⁶ para cada grupo de 100 pessoas; logo, são 54 pessoas a cada 100

⁴ Alguns países contam com a idade mínima de 10 anos para estarem aptos ao trabalho. Nesta análise foram consideradas as pessoas de 14 anos em diante, levando em conta o Estatuto da Criança e do Adolescente, na condição de aprendiz, até 64 anos – população potencialmente ativa.

⁵ **Fórmula de cálculo:** ID = [(P1 + P2) ÷ P3] x 100; em que:

P1: população com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos;

P2: população com idade igual ou superior a 65 anos; e

P3: população com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

que estão aptas ao trabalho. O Nordeste tem seu ID de 63 e 51 nos censos de 2000 e 2010, respectivamente.

Todos melhoram o ID em dez anos, mas a cidade/capital que obteve um indicador com mais pessoas dependentes (jovens e pessoas idosas) foi Maceió, 44 pessoas dependentes para cada grupo de 100 pessoas. A capital Teresina foi a que mais avançou de 2000 para 2010, passando de 53 pessoas dependentes para 41, melhor dizendo, 12 pessoas dependentes a menos para 100 habitantes. Salvador é a capital nordestina que menos tem jovens e idosos, com 37 pessoas dependentes para cada 100 habitantes.

Dimensão de Infraestrutura – Foram consideradas quatro variáveis importantes para medir estatisticamente a dimensão de infraestrutura, a saber: porcentagem de domicílios sem abastecimento de água, porcentagem de domicílios sem saneamento básico, porcentagem de domicílios sem coleta de lixo e porcentagem de residências sem banheiro em casa.

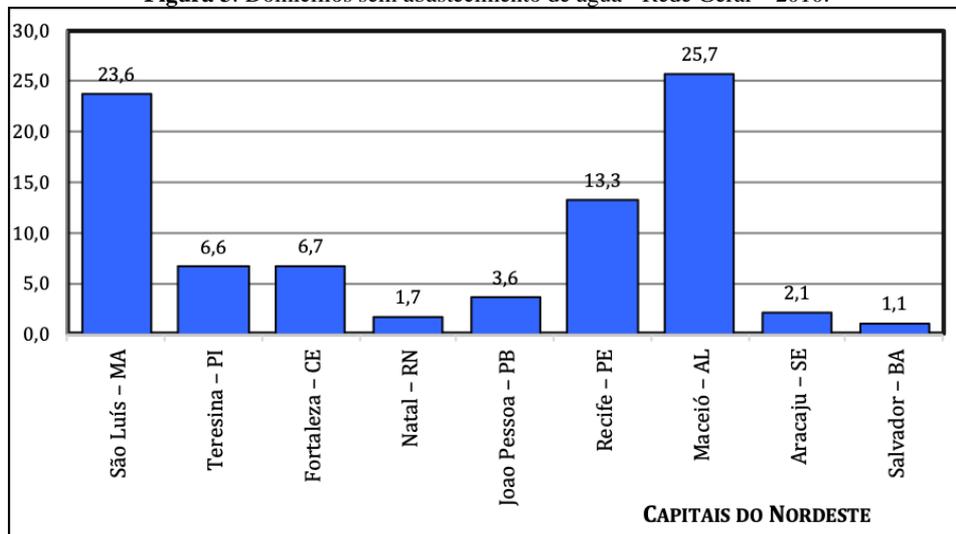
Infraestrutura são sustentáculos de uma cidade, equipamentos e serviços que possibilitam condições melhores de vida a quem usufrui. O Estado deve proporcionar infraestrutura adequada aos seus habitantes, como energia elétrica, rede de esgotamento, abastecimento de água via rede pública, ou seja canalizada, moradias acessíveis e dignas, transporte público, coletas de resíduos sólidos, e, ainda, construção de escolas públicas, praças, quadras esportivas e outros para incentivar o lazer, proporcionar a segurança, podendo ser considerada sob o ponto de vista social, econômico e institucional, ou seja, tudo que seja necessário para que uma cidade funcione de forma mais justa e equitativa.

Portanto, infraestrutura é uma significativa dimensão na avaliação de indicadores de pobreza de um país, região, cidade e/ou mesmo bairro. O Brasil, em 2010, possuía 57.324.167 domicílios particulares, dos quais 17,1% não dispunham de água encanada via rede geral. Em pior situação está o Nordeste, onde, de 14.922.901 domicílios, 23,4%, ou seja, 3.490.182 domicílios, estão nessas circunstâncias.

A figura 3, quando se refere a domicílios sem água encanada, se constata que as capitais nordestinas com menores indicadores são Salvador (1,1%), Natal (1,7%) e Aracaju (2,1%); no entanto, Maceió e São Luís têm percentuais altíssimos, com cerca de um quarto de sua população para quem a água não chega a seus lares de forma digna, que é água em suas torneiras, chuveiros etc.

⁶ Os autores esclarecem que, apesar de a fórmula considerar os idosos com mais 65 anos dependentes, a maioria desses idosos tem uma aposentaria de até um salário mínimo. A dependência nesse caso é da não contribuição em forma de trabalho.

Figura 3: Domicílios sem abastecimento de água - Rede Geral – 2010.



Fonte: IBGE; Censo 2010.

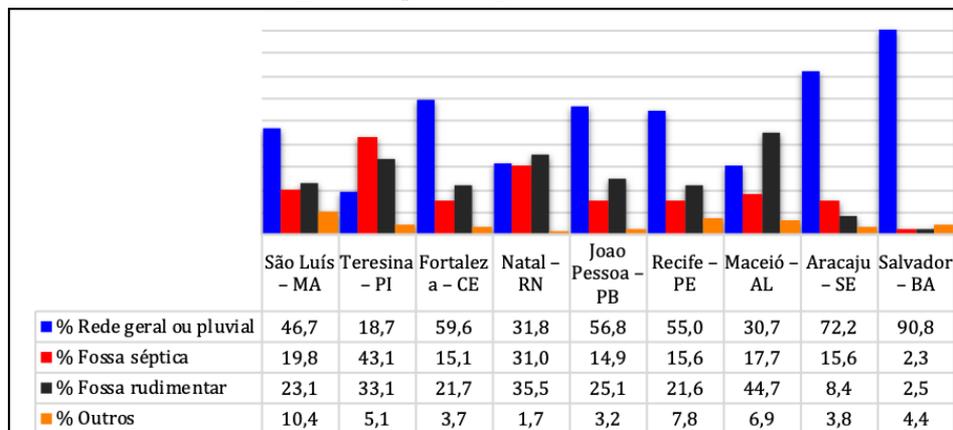
Elaboração: Autores.

O saneamento básico, que é composto pelo tripé de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos, está longe de um ideal indicador, principalmente no tocante ao esgotamento sanitário por rede geral, que faz falta em 44,5% dos domicílios brasileiros. A região Norte tem a pior situação, com 86% de seus lares sem esgotamento sanitário por rede geral; logo em seguida o Nordeste, com 66%. E entre as capitais investigadas, o melhor percentual ficou com Salvador, com 90,8% das famílias usufruindo de esgoto pela rede geral ou pluvial. Os menores percentuais com rede de esgoto foram encontrados em Teresina (18,7%), Maceió (30,7%) e Natal (31,8%). Observando o reverso, pode-se perceber que, em Teresina, essa variável é bastante debilitada, com 81,3% de casas que não têm escoamento.

Ainda se faz uma análise de outros tipos de esgotamento sanitário nas capitais do Nordeste. No tipo de fossa séptica, Teresina lidera o ranque, com 43,1% de domicílios que utilizam esse método. A figura 4 mostra o percentual de lares que possuem os vários tipos de escoamento sanitário.

A coleta de lixo nas capitais é uma variável que já apresenta um certo avanço. Nas capitais nordestinas, mais de 90% dos resíduos sólidos se encontram coletados em suas residências, sendo São Luís a capital com o menor percentual. O grave é que o Nordeste tem somente 75% do seu lixo coletado, o que nos diz que a zona rural tem sérios problemas com seus resíduos, já que suas capitais estão acima de 90% da coleta dos resíduos sólidos.

Figura 4: Tipos de Esgotamento Sanitário.



Fonte: IBGE; Censo 2010.

Elaboração: Autores.

Nesse artigo foi estudado somente a coleta de lixo, porque se pensar na reciclagem desses resíduos sólidos, o Brasil tem sérias falhas. O Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, em seu Diagnóstico de 2015, revela que 22,5% dos municípios têm algum tipo de coleta de lixo seletiva, 40,6% não possuem nenhum tipo de coleta e de 36,8% não há informação (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS, 2017). Da mesma forma, as zonas rurais têm o mínimo de coleta de lixo e de coleta seletiva, pois nas áreas rurais não há maneira (nem física, muito menos aprendido sobre a questão) de separar o lixo, quando até a coleta é difícil (Tabela 4).

Tabela 4: Formas de descarte do lixo domiciliar.

Capitais	% Lixo Coletado	% Queimado (na propriedade)	% Jogado em terreno baldio ou logradouro	% Sem coleta de lixo
Brasil	87,4	9,6	2,0	12,6
Nordeste	75,0	17,9	5,9	25,0
São Luís – MA	91,2	4,4	3,4	8,8
Teresina – PI	92,9	4,9	1,5	7,1
Fortaleza – CE	98,7	0,2	0,8	1,3
Natal – RN	98,9	0,2	0,8	1,1
Joao Pessoa – PB	99,2	0,2	0,4	0,8
Recife – PE	97,9	0,1	1,6	2,1
Maceió – AL	97,6	0,3	1,5	2,4
Aracaju – SE	99,0	0,4	0,4	1,0
Salvador – BA	96,7	0,2	2,8	3,3

Fonte: IBGE; Censo 2010. Elaboração: Autores.

A variável de domicílios sem banheiro dentro de casa é uma expressiva variante que indica pobreza, exclusão social. Apesar de o Brasil ter 6,7% de domicílios sem banheiro e 2,6% sem banheiro e também sem sanitário dentro de seus lares, em números absolutos são 3.821.371 e 1.514.992, de modo recíproco. Quando se confronta com os dados do Nordeste se percebe um agravante, 59,93% das residências sem banheiro e 76,95% das residências sem banheiro e sem sanitário estão no Nordeste. Melhor dizendo, desses 3.831.371 dos domicílios brasileiros sem banheiro, 2.290.103, perfazendo 59,93%, estão na região Nordeste, como também os 1.165.721 lares nordestino que não têm nem banheiro e nem sanitário, 76,95%.

Tabela 5: Domicílios particulares sem banheiro e sem banheiro/sanitário.

Capitais	Sem Banheiro	Sem Banheiro/Sanitário	% Sem Banheiro	% Sem Banheiro/Sanitário
Brasil	3.821.371	1.514.992	6,7	2,6
Nordeste	2.290.103	1.165.721	15,3	7,8
São Luís – MA	31.754	5.265	11,5	1,9
Teresina – PI	12.063	5.901	5,4	2,7
Fortaleza – CE	9.934	2.711	1,4	0,4
Natal – RN	2.585	531	1,1	0,2
Joao Pessoa – PB	1.899	575	0,9	0,3
Recife – PE	14.208	2.451	3,0	0,5
Maceió – AL	6.877	1.904	2,5	0,7
Aracaju – SE	2.360	523	1,4	0,3
Salvador – BA	13.984	3.621	1,6	0,4

Fonte: IBGE; Censo 2010. Elaboração- Autores.

A capital com maior problema na variável sem banheiro nos domicílios é São Luís, com 11,5%, seguida de longe por Teresina, 5,4%. O menor índice ocorre na capital da Paraíba, Joao Pessoa, 0,9% e a capital do Rio Grande do Norte, Natal. 1,1%. A Tabela 5 dá visibilidade aos números e percentuais citados.

Dimensão Educacional e Econômica

Nessas dimensões, estuda-se a porcentagem de pessoas com dez anos ou mais que não são alfabetizadas e a porcentagem de pessoas que ganham até um salário mínimo. A Tabela 6 nos revela que, em 2010, em todo o Brasil ainda havia 14.604.155 pessoas que não sabiam ler e escrever sequer uma linha de um texto simples e, conseqüentemente, não sabiam assinar seu nome, perfazendo, em percentual, 9% da população. Segundo o Censo de 2010 (IBGE), a região Nordeste detém 17,6%, sendo a região com maior percentual e também em números absolutos, 7.804.160.

A capital do nordeste com pior indicador nessa variável é Maceió (11,3%), sendo Salvador e São Luís as que apresentam os melhores indicadores, 3,9% e 4,5%, respectivamente, como mostra a Tabela 6.

Tabela 6: Pessoas de 10 anos ou mais de idade não alfabetizadas, Pessoas não alfabetizadas e que ganham até um salário mínimo, Números absolutos e relativos.

Capital	Total de pessoas de 10 anos a mais	Pessoas de 10 anos a mais de idade não alfabetizadas	% sobre o total	Até 1 SM	% sobre o total	Pessoa que ganham até 1SM e não alfabetizadas	% sobre o total
Brasil	161.990.266	14.604.155	9,0	44484811	27,5	8386548	5,2
Nordeste	44.223.350	7.804.160	17,6	17466462	39,5	4795871	10,8
São Luís – MA	862.904	38.932	4,5	247978	28,7	21219	2,5
Teresina – PI	693.679	58.718	8,5	225241	32,5	35041	5,1
Fortaleza – CE	2.107.008	139.672	6,6	674731	32,0	77407	3,7
Natal – RN	695.027	55.908	8,0	198537	28,6	30373	4,4
João Pessoa – PB	620.809	47.447	7,6	177823	28,6	26779	4,3
Recife – PE	1.335.881	91.132	6,8	385062	28,8	50686	3,8
Maceió – AL	785.273	89.026	11,3	241187	30,7	47208	6,0
Aracaju – SE	490.034	30.956	6,3	130648	26,7	16469	3,4
Salvador – BA	2.331.775	90.806	3,9	671749	28,8	46627	2,0

Fonte: IBGE; Censo 2010.

Elaboração: Autores.

Ainda analisando o Tabela 6, constata-se que mais de um quarto da população brasileira ganha até um salário mínimo (SM), apesar de saber que a idade mínima para começar a trabalhar é de 14 anos. Contudo nas tabelas do IBGE estão dispostas para essa variável pessoas de 10 anos e mais.

A Região Nordeste possui 39,5% de pessoas que ganham até um salário mínimo, e das suas capitais, Teresina, seguida de Maceió, é a que tem proporcionalmente mais pessoas que ganham até 1 SM, com 32,5% e 30,7%, respectivamente. De todas as maneiras, essa variável oscila entre 26,7% e 32,5%, no que se refere às nove capitais nordestinas. Também são Teresina e Maceió que têm os maiores percentuais de pessoas com mais de 10 anos que não sabem ler e escrever e que ganham até 1 salário mínimo: 5,1% e 6,0%, respectivamente.

O Instituto de Investigação Econômica Aplicada - IPEA declara que a renda de um brasileiro rico é 25 a 30 vezes maior que a de uma pessoa pobre. E os 10% mais ricos concentram 75,4% da renda nacional brasileira e pagam menos tributos que os pobres. Também, de acordo com dados do Censo IBGE 2010, 10% dos brasileiros que recebem os maiores salários do Brasil ganham 44,5% do total dos rendimentos. Já os

10% com os menores rendimentos recebem apenas 1,1% do total da renda. Essa é a proporção da disparidade econômica do Brasil. De acordo com o Ipea, esses indicadores já vêm melhorando. Ipea revela que "3,5 milhões de brasileiros saíram da pobreza [...]. Em 2011, esses números eram de 7,6 milhões de pobres e em torno de 19,2 milhões de pessoas na extrema pobreza".

Todavia, o Brasil ainda tem muito que melhorar e deve não somente se preocupar com o aumento Produto Interno Bruto - PIB e Produto Nacional Bruto - PNB, mas com como distribuí-los de forma equitativa.

Este Brasil vive um verdadeiro *apartheid* social. De um lado vive uma camada opulenta de pessoas ostentando uma riqueza, que na maioria das vezes o seu salário não justifica e no extremo está a massa, o povo, que passa fome, que lida com a falta básica de tudo, de habitação, de infraestrutura, de educação, etc. Tudo falta a essas famílias e tudo sobra do outro lado (os ricos). Um país com *apartheid*, de injustiças, de exclusão, de pobreza, de desigualdades, que quanto mais pobreza, mas desigualdades, gerando mais pobreza, mais preconceito, um preconceito que a autora não define sendo de raça/cor, mas um preconceito por ser pobre. E pobre é temido, é odiado, como se ele fosse os culpados por sua condição; é como se fosse uma doença contagiosa (PETRUS, 2013, p. 316).

Há uma grande quantidade de pessoas que vivem à margem da sociedade no Brasil, com destaque para a região Nordeste. Esse problema requer políticas públicas mais concentradas nos espaços mais empobrecidos, melhorando a situação desse segmento populacional, essencialmente, com uma infraestrutura adequada, escolas e saúde públicas satisfatórias, bem como gerar postos de trabalhos.

Considerações Finais

As cidades, e mais ainda as capitais dos estados, estão inchando populacionalmente e, como não tem mais espaço no centro e no entorno do centro, a cidade cresce perifericamente, o que resulta em uma alta densidade demográfica, com moradias inadequadas e seu espaço urbano degradado. Deparamo-nos, portanto, com uma população de 45.445.275 habitantes que vivem nas capitais brasileiras (23,86%), dos quais uma grande maioria tem baixa qualidade de vida, melhor dizendo, vivem indignamente.

Quando se investiga uma cidade, pondera-se sobre a sua demografia, infraestrutura, educação, bem como sua economia. Nesse artigo, é compreensivo deixar de fora mais variáveis que dizem respeito à cidades/capitais; no entanto, se reúnem variáveis que se relacionam com a pobreza e com desigualdade socioespacial. Todos os dados foram retirados do IBGE/Sidra (IBGE, SIDRA, Censo Demográfico).

Apesar de incluir no estudo a variável porcentagem de jovens e o Índice de Envelhecimento, variáveis estudadas na dimensão demográfica, na Tabela 7, a qual segue a fórmula matemática/estatística citada na metodologia, estas não foram incluídas

para que o IDSE fosse o mais fidedigno possível, com variáveis que apontam à obvidade da pobreza. Esses percentuais foram importantes, principalmente, para encontrar o Índice de Dependência.

Maceió é a capital que detém três percentuais e indicadores escolhidos nesse trabalho como precários, indicando realmente pobreza. **Maceió** – tem 44 pessoas dependentes para cada grupo de 100 pessoas com idade de 15 a 64 anos, 25,7% dos domicílios não têm água encanada por rede geral e 11,3% dos seus habitantes não sabem nem escrever nem ler. **Teresina**, por sua vez, domina o ranque das variáveis sem escoamento sanitário (81,3%), ou seja, pouquíssimos bairros têm escoamento sanitário nessa capital e somente 18,7% dos lares dessa capital têm água nas torneiras. Das pessoas residentes em Teresina, 32,5% ganham até 1 salário mínimo. **São Luís** é a capital que lidera as variáveis sem banheiro dentro de casa, com 11,5 % dos domicílios, bem como 8,8% das residências não têm nenhum tipo coleta de lixo.

Tabela 7: Indicador das nove capitais x sete variáveis e Índice de Desigualdade Socioespacial – IDSE.

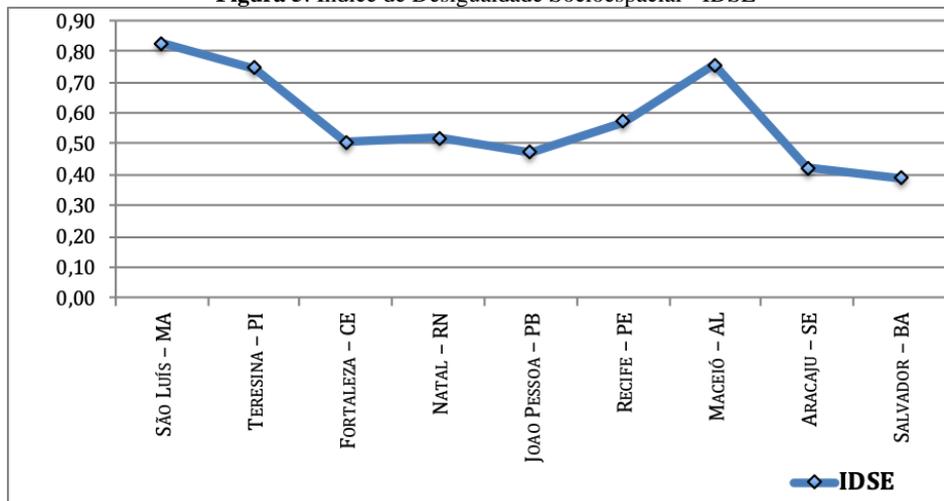
Capital/Variável	ID	S/ Escoamento	S/ Água Enc	S/ banheiro	S/ col. lixo	N/Alfabetizadas	Até 1SM	IDSE
São Luís – MA	41	53,3	23,6	11,5	8,8	4,5	28,7	0,83
Teresina – PI	41	81,3	6,6	5,4	7,1	8,5	32,5	0,75
Fortaleza – CE	41	40,4	6,7	1,4	1,3	6,6	32,0	0,50
Natal – RN	40	68,2	1,7	1,1	1,1	8,0	28,6	0,52
João Pessoa – PB	41	43,2	3,6	0,9	0,8	7,6	28,6	0,47
Recife – PE	41	45,0	13,3	3,0	2,1	6,8	28,8	0,57
Maceió – AL	44	69,3	25,7	2,5	2,4	11,3	30,7	0,76
Aracaju – SE	40	27,8	2,1	1,4	1,0	6,3	26,7	0,42
Salvador – BA	37	9,2	1,1	1,6	3,3	3,9	28,8	0,39

Fonte: IBGE; Censo 2010.

Elaboração: Autores.

O agrupamento das sete variáveis que indicam pobreza nos permite conhecer o Índice de Desigualdade Socioespacial-IDSE. O pior IDSE encontra-se na capital do Maranhão, São Luís, com 0,83, seguida de Maceió e Teresina (0,76 e 0,75 respectivamente), lembrando que quanto mais perto de 1 mais desigualdade socioespacial. As cidades com os melhores indicadores são Salvador (0,39), Aracaju (0,42), em se tratando dos dados censitários de 2010. A figura 5 dá maior visibilidade ao IDSE.

Figura 5: Índice de Desigualdade Socioespacial - IDSE



Fonte: IBGE; Censo 2010.
Elaboração- Autores.

A reunião das sete variáveis (retiradas as de porcentagem de Jovens e Índice de Envelhecimento) observada nessa pesquisa, faz refletir sobre o porquê de umas capitais na mesma região ter indicadores melhores que outras, com diferença significativa de 0,44, do pior IDSE para o melhor, de São Luís para Salvador. Uma das respostas é a representatividade dos interesses de uma minoria em detrimento do coletivo, da prioridade do acúmulo do capital *versus* distribuição, do direito a todos para direitos de poucos. Essas questões refletem diretamente na transformação dos espaços habitados, tornando inapropriado para a dignidade humana. O direito à cidade é que todos possam desfrutar de infraestrutura digna, oportunidade de empregos, escolas que eduquem crianças e adolescentes, saúde preventiva além da curativa de boa qualidade.

O referido artigo revela, levando em consideração as variáveis adotadas, disparidades socioespaciais entre as nove capitais nordestinas e aponta a necessidade de políticas públicas desenhadas nomeadamente para as capitais de menor Indicador de Desigualdade Socioespacial – IDSE.

Referências Bibliográficas

IBGE. *Brasil em síntese*. Disponível em:

<<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/taxas-de-fecundidade-total.html>>. Acesso em 16 nov. 2018.

CAPEL, H. La definición de lo urbano. Reproducido de: *Estudios Geográficos*, nº 138-139 (número especial de "Homenaje al Profesor Manuel de Terán"), 1975.

DAVID H. *Palestra de abertura de David Harvey na tenda da reforma urbana, Fórum social mundial, Belém 2009*. Traduzido por Fernando Alves Gomes.

Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/nph/ong/?p=1123>>. Acesso em: 8 dez. 2018.

DAVIS, M. *Planeta de Ciudades Miséria*. Madrid: Foca, 2007.

DECRETO-LEI Nº 311, DE 2 DE MARÇO DE 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>>. , [S.d.]

ELIAS, G. S; MEDEIROS FILHO, J. Telésforo. A luta pelo passe livre sob a perspectiva do direito à cidade no Distrito Federal. Artigo publicado VI Encontro Anual da ANDHEP, Direitos Humanos, Cidades e Desenvolvimento, UnB, Brasília (DF): 16 a 18 de setembro de 2010. Disponível em: <https://forumjustica.vlannetwork.com/wp-content/uploads/2013/02/46205733-A-Luta-Pelo-Passe-Livre-Sob-a-Perspectiva-do-Direito-a-Cidade-no-Distrito-Federal-Gabriel-Telesforo.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2019.

FELIX, J. S. Economia da longevidade: uma revisão da bibliografia brasileira sobre o envelhecimento populacional. *VIII Encontro da Associação Brasileira da Saúde*, 2007.

Disponível em:

<http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_artigos/45.pdf>. Acesso em: 8 out. 2018.

FREITAG, B. *Teorias da cidade*. Campinas: Papirus Editora, 2006.

IBGE, *CIDADES*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11 . 2017 e 2018.

IBGE, SIDRA, *Censo Demográfico*. Disponível em:

<<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>>. Acesso em: 7 dez. 2018.

Ipea revela que 3,5 milhões saíram da pobreza em 2012. Disponível em:

<<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/10/mais-de-3-5-milhoes-sairam-da-pobreza-em-2012-diz-ipea>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

KHAN, A.S.; SILVA, L.M.R. *Avaliação do projeto São José no estado do Ceará: Estudo de caso*. . [S.l: s.n.], 2002.

PETRUS, J. K. B. *Confrontando o território com a desigualdade socioespacial da cidade de São Luís-MA/Brasil*. 2013. 404 f. Universidad de Barcelona, Barcelona, 2013.

Porcentagem de residentes nas zonas urbana e rural (2015). Disponível em:

<<https://teen.ibge.gov.br/sobre-o-brasil/populacao/populacao-rural-e-urbana.html>>. Acesso em: 8 nov. 2018.

Portugal, Pirâmide populacional. Disponível em:

<<https://www.datosmacro.com/demografia/estructura-poblacion/portugal>>. Acesso em: 2 dez. 2018.

SANTOS, M. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SILVA, M. Tentativa de Classificação das Cidades Brasileiras. *Revista Brasileira de Geografia*, n. Ano VIII, nº 3, 1946. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1946_v8_n3.pdf>.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO - SNIS.
Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos - 2015. . [S.l.]: Ministério das Cidades - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS. , 2017

Un perfil de las personas mayores en España, 2017 - Indicadores estadísticos básicos.

Disponível em: <<http://envejecimiento.csic.es/documentos/documentos/enred-indicadoresbasicos17.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2019.

Júlia Kátia Borgneth Petrus

Doutora em Geografia, Planejamento Territorial e Gestão Ambiental pela Universidade de Barcelona - UB

Mestre em Planejamento Territorial e Gestão Ambiental pela Universidade de Barcelona – UB

Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará – UFC

Graduada em Geografia pela Universidade Paulista - UNIP

Graduada em Administração pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Professora Adjunta da Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Atua no Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGGEO/UFMA

Rua Pernambuco, 159-A, Chácara Brasil – Cep: 65066-851, São Luís – Maranhão

E-mail: juliaborgnethpetrus@gmail.com; julia.petrus@ufma.br; ORCID:

<https://orcid.org/0000-0002-7593-7995>

Magno Vasconcelos Pereira Junior

Doutor em Geografia, Planejamento Territorial e Gestão Ambiental pela Universidade de Barcelona - UB

Mestre em Planejamento Territorial e Gestão Ambiental pela Universidade de Barcelona – UB

Graduado em Geografia pela Universidade Paulista - UNIP

Graduado em Administração pela Faculdade São Luís

Professor Visitante da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Atua no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional – PPDSR/UEMA

Av. M, Casa 16 – Radional – Cep: 65047-470, São Luís – Maranhão

E-mail: magnojr5@hotmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1611-8180>

Recebido para publicação em maio de 2020
Aprovado para publicação em dezembro de 2020